

# AS CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA HISTÓRIA INTELECTUAL

## *THE CONTRIBUTIONS OF SOCIOLOGY TO THE DEVELOPMENT OF INTELLECTUAL HISTORY*

Marcos Sorrilha PINHEIRO\*

**Resumo:** A história intelectual constitui-se como uma modalidade investigativa com vistas à produção de um conhecimento capaz de apreender aspectos amplos da vida intelectual e política de uma sociedade. Justamente por não ser uma teoria historiográfica, não possui conceitos próprios de análise, deixando espaço para a incorporação de elementos externos. Neste artigo, elencaremos alguns empréstimos teóricos feitos pela história junto à sociologia na elaboração de métodos de pesquisa da história intelectual, dando especial atenção a três sociólogos e conceitos: Raymond Williams e a concepção de grupos de cultura; Pierre Bourdieu e a teoria dos campos e *habitus*; Charles Tilly e os repertórios políticos. Além desses, nos ateremos à explicação do conceito de Cultura Política proposta por Gabriel Almond e Sidney Verba.

**Palavras-chave:** História Intelectual e Sociologia; Cultura Política; repertórios; grupos de cultura; Teoria dos Campos e *Habitus*.

**Abstract:** The intellectual history is constituted as an analytical procedure with the objective of producing knowledge capable of recognizing a broad political aspect of the society and intellectual life. Just for not being a historiographical theory, this type of research has no own analytical concepts, leaving open space for the incorporation of external elements. In this article we will list a few loans taken by history with the sociology for the development of research methods of intellectual history, giving special attention to three sociologists and their concepts: Raymond Williams and the conception of culture groups; Pierre Bourdieu and the field theory and habitus; and Charles Tilly and the political repertoires. Besides these, we will dedicate attention to the explanation of the concept of political culture proposed by Gabriel Almond and Sidney Verba.

**Keywords:** Intellectual History and Sociology; Political Culture; repertoires; culture groups; Field Theory and *Habitus*.

### *Introdução*

Existe um consenso de que os intelectuais surgiram enquanto categoria social somente após os desdobramentos do conhecido Caso Dreyfus, em 1894<sup>1</sup>. Naquela oportunidade, encabeçados por Émile Zola, um conjunto de “autores” organizou um manifesto em defesa de um oficial do exército francês, Alfred Dreyfus, condenado por traição. Na ótica dos signatários do manifesto, o processo fora marcado por preconceito e antissemitismo, não tendo sido pautado por critérios técnicos. No final das contas, após

---

\* Doutor em História. Prof. Assistente Doutor do Departamento de História – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Franca. Franca, São Paulo - Brasil. E-mail: msorrilha@franca.unesp.br.

uma longa discussão que se deu por entre jornais e cartas abertas, colocando autores em lados opostos do processo, a pena foi revista e o almirante absolvido (CHARLE, 2003).

O que se pode destacar deste evento foi que, pela primeira vez, um grupo de pessoas conseguiu emitir seus julgamentos e mobilizar a opinião pública a partir de espaços autônomos em relação ao Estado. Por conta disso, posicionavam-se como defensores do interesse público contra os abusos de poder exercido pela burocracia estatal. Produtos da modernidade e de suas formas de sociabilidade política, esses personagens ganharam destaque por serem capazes de arregimentar a sociedade e produzir interpretações enquanto representantes de sua comunidade política, sem que necessariamente possuíssem cargos junto à hierarquia pública. Aquela conjuntura abriu, efetivamente, um novo cenário para a relação entre intelectuais e política. Tratava-se de

[...] revelar a injustiça ao mundo; invocar o testemunho das opiniões para denunciar o que era intolerável; utilizar a própria reputação, o próprio talento reconhecido, a própria autoridade moral para convencer e superar os gigantescos obstáculos impostos pelo poder (DELPORTE, 1996, p.09).

Surgiam, assim, os intelectuais<sup>2</sup>. Ao longo de todo o século XX, intérpretes de várias áreas do pensamento político e social dedicaram suas páginas e a tinta de suas penas na tentativa de definir este grupo que, aos poucos, embrenhava-se entre as estruturas de poder e pautava novas dinâmicas para a organização da política nas sociedades democráticas. Autores como Gramsci, Benda, Ortega y Gasset, Sartre, entre outros, foram testemunhas, interpretes e atores na formação e organização desses homens de cultura, reconhecendo em suas práticas duas características comuns: a autonomia perante o Estado e sua capacidade de intervenção no debate público.

O curioso é que, mesmo que o seu nascimento tenha ocorrido há mais de um século, o seu estudo por parte da História apenas ganhou força no último quartel do século XX. Segundo o historiador francês Jean-François Sirinelli, alguns problemas atravancavam o desenvolvimento de uma história própria dos intelectuais, entre eles: a falta de contornos claros sobre a categoria; a inexistência de um partido ou instituição que aglomerasse os intelectuais; e a abundância de documentos existentes sobre o campo estudado (SIRINELLI, 1996, p. 244).

Neste sentido, o surgimento de uma história sobre os intelectuais esteve ligado a dois fenômenos simultâneos: a expansão das universidades e a democratização de seu acesso, aumentando a presença dos intelectuais e legitimando seu estudo; e o surgimento de novas técnicas, problemáticas e instrumentos de pesquisa no campo da História

Política. Devemos lembrar que, em meados da década de 1970, a renovação nos pressupostos historiográficos contribuiu para a reorganização dos estudos da História e, posteriormente, da própria História Política. A valorização das ideias, do imaginário e das representações, bem como a incorporação de conceitos antropológicos sobre a cultura serviu para reorganizar a própria escrita da História.

Aos poucos, tais concepções passaram a ser incorporadas para a análise do político. Estudos sobre o imaginário, representações e ideias políticas marcaram um avanço na maneira de se conceber e trabalhar com a História Política<sup>3</sup>. Assim, diferentemente das concepções anteriores de uma história casualista e descritiva, o estudo da política passou a ter uma nova dimensão vinculada aos campos sociológicos e antropológicos. Outrossim, começou a problematizar, quantificar e analisar, muito mais do que simplesmente narrar as glórias dos grandes homens<sup>4</sup>.

Entre os novos objetos oriundos desse reflorescimento da História Política se destacou o estudo dos intelectuais. Porém, ao contrário do que se pode supor, muito mais do que uma história de grandes nomes, os intelectuais seriam, então, compreendidos como portas de entrada para o estudo de uma época, dos movimentos culturais/sociais bem como uma maneira de se apreender a relação existente entre a produção de ideias políticas e sua difusão/apropriação na duração. Como destacou Jean-François Sirinelli (1996, pp. 258-259), era

[...] preciso estudar a descida das cúpulas da intelligentsia até a sociedade civil, dessas ideias fecundadas e analisar, de um lado, sua influência sobre os sobressaltos da comunidade nacional, e de outro, mais amplamente, a sua assimilação – ou não – pela cultura política da época.

Distante de uma concepção de ideias desencarnadas, o estudo dos intelectuais possibilitou a concepção das ideologias políticas como eventos socialmente constituídos em direção à investigação das redes de intelectuais, sua vinculação a movimentos de contestação e grupos artístico-literários, assim como o seu envolvimento com a produção de revistas e demais periódicos. Tais premissas afastaram os estudos sobre os intelectuais da História das Ideias – muito mais preocupada com a identificação dos grandes tratados filosóficos –, convertendo-os em “um campo histórico autônomo que, longe de estar fechado sobre si mesmo, é um campo aberto, situado no cruzamento das histórias política, social e cultural” (SIRINELLI, 1996, p. 232).

É bem verdade que esta autonomia perante a História das Ideias ainda se encontra em processo de consolidação. Por conta disso, a “historiografia” dos intelectuais não se

estabelece de maneira homogênea e padronizada sendo possível reconhecer, até mesmo, diferentes formas de abordagem a este objeto. Helenice Rodrigues da Silva (2003, p. 19), entendeu que as pesquisas sobre intelectuais poderiam ser divididas em quatro principais grupos: a História dos Intelectuais (com ênfase na conjuntura e valendo-se de uma análise sociopolítica); a Sociologia dos Intelectuais (praticada por sociólogos e interessada pelo nível das estruturas); as Biografias (focada na trajetória de personagens históricos); e, por fim, a História Intelectual propriamente dita.

Valendo-se dos ensinamentos de François Dosse (apud SILVA, 2003, p. 19), a autora entende que a História Intelectual aparece como resposta à tensão existente entre a velha história das ideias e a recente história cultural. Por conta disso, trata-se de uma modalidade de investigação que propõe a superação da opção exclusiva entre a “análise interna” e a “análise contextualista” do objeto. Em outras palavras, a grande novidade está no desafio de se entender os intelectuais para além do seu próprio campo ou do contexto linguístico criado em torno deles. Assim, valoriza-se essas duas “versões” da História, a discursiva e a contextual. Por isso,

[...] visa dois polos de análise: de um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual [...], isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus *habitus*; e de outro lado, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou seja, modalidades específicas de pensar e agir de uma comunidade intelectual (SILVA, 2003, p. 16).

De acordo com esta abordagem, o texto de um determinado autor deve ser analisado em dupla perspectiva: 1) em relação ao ambiente intelectual onde é produzido, junto ao seu segmento de atividade cultural; 2) em relação aos outros produtos culturais surgidos ao mesmo tempo e em outros ramos de uma cultura (Cf. SCHORSKE apud SILVA, 2003, 15). Não se trata, portanto, de reduzir o intelectual ao grupo de discussão em que se inseria, mas colocá-lo em perspectiva a outros produtos culturais e eventos históricos que poderiam impactar sobre esse mesmo grupo e nos textos por ele produzidos.

É preciso que se compreenda que a dupla abordagem proposta pela História Intelectual não se constitui enquanto uma teoria historiográfica. Na realidade, apresenta-se mais como um procedimento analítico que objetiva a aproximação do intelectual a outros setores da sociedade e de sua cultura em um determinado período. Por ser um método em aberto, municia-se de conceitos e teorias advindas de outros campos que não

o historiográfico. Entre muitos, é possível afirmarmos que a sociologia é a parceira preferencial desta modalidade de investigação.

É justamente nesta afirmação que reside o objetivo deste artigo. De maneira sucinta, pretendemos apresentar algumas concepções nascidas na sociologia e que possuem serventia para a produção de uma História Intelectual. Ao mesmo tempo, tentaremos demonstrar as possibilidades de suas aplicações de forma prática. Entre os conceitos possíveis de empregabilidade, listamos: Campo e *Habitus* de Pierre Bourdieu; Repertório de Charles Tilly; Grupos de Cultura de Raymond Williams; e Cultura Política de Gabriel Almond e Sidney Verba.

Não temos a pretensão de elaborar uma interpretação conclusiva sobre cada conceito ou autor escolhido, longe disso. Nosso interesse é explicar como cada um deles pode ser mobilizado em prol da construção de metodologias de análise da História Intelectual. Optamos por começar nossa trajetória pela teoria dos campos e *habitus* desenvolvida por Pierre Bourdieu justamente por ser aquela que é utilizada, com mais frequência, para o desenvolvimento de trabalhos que se vinculam a essa modalidade de história.

#### *A teoria dos campos e os habitus de Bourdieu.*

Segundo Pierre Bourdieu a produção de cultura não é algo que ocorre de maneira espontânea e aleatória. Ao contrário, a elaboração de significados culturais ocorre por meio de disputas estabelecidas entre agentes que, junto a seus pares, impõe padrões e parâmetros de avaliação que servem para legitimar e validar um determinado produto e/ou conhecimento. O local desses embates é o que o sociólogo francês chamou de “campo”. Assim, a religião, a arte, a moda, a literatura, a política, a filosofia, a música, entre tantos outros, funcionam como campos autônomos que possuem seus próprios autores, interesses, regras e cânones. No entanto, apesar de funcionarem de maneira independente, devem estar em consonância com o campo social e seus resultados aparecem vinculados de maneira complexa ao poder.<sup>5</sup>

Por ser uma categoria sociológica, Bourdieu compreende que existe um conjunto de regras que se comportam como leis gerais de funcionamento invariáveis e que são verificáveis dentro de campos distintos. Porém, tais “mecanismos universais”, além de o serem de acordo com cada época histórica, não descartam a existência de variáveis secundárias que se constituem como reflexo dos próprios conflitos internos do campo. Isso porque, assim como a cultura não é algo estanque, as disputas dentro de um campo

também não o são. Ao contrário, é justamente essa tensão a responsável pela dinâmica da cultura. Conforme observa o autor, “[...] em cada campo se encontrará uma luta, da qual se deve, cada vez, procurar as formas específicas, entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Neste sentido, de maneira preliminar, o que se pode apreender da proposição feita por Bourdieu é que os cânones e os padrões de legitimação de produtos culturais não são perenes e estão em constante alteração. Ainda que se convertam em tradições ou consensos dentro de seu próprio campo, a chegada de novos agentes coloca em cheque a sua vigência e abre espaço para a elaboração de outros parâmetros de validação. Por isso, é possível dizer que toda dinâmica exercida dentro de um campo possui uma dimensão política<sup>6</sup>. Assim, a determinação do que é “belo”, “justo” ou “verdadeiro”; um bom ou mau livro; ou um ótimo ou péssimo pintor, não resulta apenas de avaliações estéticas ou éticas, mas dos interesses dos grupos e agentes em disputa dentro de um campo. Isto fica claro nesta afirmação feita por Bourdieu (1983, p. 92),

Há um efeito de campo quando se torna impossível compreender uma obra (e seu **valor**, isto é, a crença que lhe é dada) sem conhecer a história do campo de produção da obra – o que faz os exegetas, comentadores, intérpretes, historiadores, semiólogos, e outros filólogos, sentirem sua existência justificada como únicos capazes de explicitar a razão da obra e do reconhecimento do valor que ela tem. [...] Um problema filosófico (ou científico, etc.) legítimo, é um problema que os filósofos (ou os cientistas, etc.) reconhecem (no duplo sentido) como tal (porque ele é inscrito na lógica da história e em suas disposições historicamente constituídas para e pelo fato de pertencer ao campo) e que, devido ao reconhecimento de sua autoridade específica, têm todas as chances de ser amplamente reconhecido como legítimo.

Portanto, o que dá legitimidade a uma “obra de arte”, por exemplo, são os atores que agem dentro do campo e não, propriamente dita, uma importância inerente a ela. Por outro lado, a discordância entre a legitimidade dos objetos é o que provoca o conflito dos agentes de um campo. O curioso é que até mesmo esta disputa sempre será feita seguindo as regras existentes no campo com vistas a mantê-lo vivo. Afinal, não podemos nos esquecer: em última instância, a existência do campo é o que justifica a própria serventia de seus membros. Isto é o que Bourdieu chama de “cumplicidade objetiva subjacente a todos os antagonismos” (BOURDIEU, 1983, p. 90). Portanto, o cerne dos conflitos não é acabar com o campo, mas sim, exercer um domínio sobre o mesmo.

Para além da dimensão política, a teoria dos campos também nos possibilita perceber um caráter histórico que o envolve, uma vez que suas mudanças internas são resultado da chegada de novos elementos ao mesmo. Sendo assim, é possível historicizar as dinâmicas e os produtos elaborados por um campo ao longo do tempo, demarcando seus momentos de transformação e o estabelecimento de novos cânones.

Um objeto em disputa, jogadores, regras compartilhadas pelo grupo envolvido neste jogo e a sua relação com âmbitos mais amplos da sociedade: esses são os elementos necessários para o funcionamento de um campo. Nas palavras do próprio autor, “para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes ao jogo, dos objetos de disputa, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Aqui aparece o segundo conceito que nos interessa para o estudo dos intelectuais: *habitus*. O conceito de *habitus* é fundamental para a compreensão do campo e seu funcionamento. De certa maneira, é ele quem define quais indivíduos podem participar como *players* legítimos de um determinado grupo. Afinal, para que se faça parte de um campo é preciso ser alguém que possua domínio prévio de suas formalidades e comungue da mesma expertise de seus pares. É importante que destaquemos que a adoção do termo *habitus* é proposital justamente para que não o confunda com a palavra “hábito”. Apesar de todo *habitus* ser composto de hábitos, eles não são a mesma coisa. Isto porque, para Bourdieu, hábito é algo que se desenvolve de maneira repetitiva, mecânica e automática, sem qualquer característica criativa (BOURDIEU, 1983a, p. 105). Em contrapartida, o *habitus* possui uma enorme potência geradora.

Entendido enquanto um capital de técnicas e um conjunto de referências e crenças, o *habitus* está sujeito a reproduzir a lógica objetiva do campo. No entanto, não possui uma função passiva neste processo. À medida que é empregado, ele age de maneira relativamente imprevisível produzindo inovações ao campo. Neste sentido, ao mesmo tempo em que é “determinado” pelo campo é, também, o responsável por renova-lo. Por isso, o *habitus* está longe de ser um conjunto de coordenadas socioculturais acumulado no interior do campo, pois se constitui no e por meio do movimento de seus atores. Desta feita, pode ser compreendido como uma espécie de instrumento de tradução do campo, pois evidencia sua lógica e suas regras, ao mesmo tempo em que é, também, o produto resultante de sua interação.

É importante que ressaltemos que esta distinção entre hábito e *habitus* foi fundamental para que Bourdieu se posicionasse dentro do próprio campo sociológico do qual fazia parte. De certa maneira, representava a tentativa de romper com modelos

explicativos que davam às produções culturais um caráter inconsciente ou mecanicista, especialmente o estruturalismo. Ao mesmo tempo, não retirava desta análise os aspectos condicionantes do campo. Como argumentou o autor,

A noção de *habitus* exprime sobretudo a recusa a toda uma série de alternativas nas quais a ciência social se encerrou, a da consciência (ou do sujeito) e do inconsciente, a do finalismo e mecanicismo, etc. [...] tal noção permitia-me romper com o paradigma estruturalista sem cair na velha filosofia do sujeito ou da consciência, a da economia clássica e do seu *homo economicus* que regressa hoje com o nome de individualismo metodológico (BOURDIEU, 2004, pp. 60-61).

Para o desenvolvimento da História Intelectual esses conceitos apresentam excelentes contribuições. A primeira delas está na compreensão de que os intelectuais possuem um próprio campo dentro da sociedade e, portanto, são constituídos em relação ao mesmo. Como observa o historiador José Luis Beired (2009, p. 89),

Crítico da visão sartreana de intelectual, Bourdieu considera que essa figura não é em nenhum caso um ‘criador não criado’ ou um ‘classificador inclassificável’, mas um ser socialmente determinado em função de sua classe, ocupação, ideologia e posição no campo intelectual.

Neste sentido, a própria compreensão de seu papel social é formulada por meio do reconhecimento de seus pares numa dinâmica socialmente estabelecida. Também por isso, possuem seus próprios *habitus* que nos possibilitam mensurar o seu grau de influência perante a sociedade bem como as maneiras pelas quais se relacionam com a mesma. Da mesma forma, a ação dos intelectuais e suas formulações, individuais ou coletivas, somente conseguem ser compreendidas quando inseridas dentro de um campo.

Um exercício interessante que podemos fazer com o uso do conceito é a apreensão do próprio surgimento dos intelectuais enquanto uma categoria social delimitada. De certa maneira, o Caso Dreyfus não representaria o surgimento dos intelectuais, mas sim o estabelecimento do intelectual enquanto um campo autônomo. Assim, seria correto afirmar que os intelectuais já existiam antes mesmo de 1894, no entanto seria somente por meio desse evento que se evidenciaria a existência de um objeto em contestação, pessoas interessadas em disputa-lo e regras claras que delimitam a ação dos mesmos. Da mesma forma seria nesse momento em que se observariam os *habitus* desse campo.

Outro fenômeno que a teoria dos campos e *habitus* auxiliam a compreensão é a substituição geracional entre os grupos intelectuais de uma sociedade. Se pensarmos, por

exemplo, nos embates travados entre os homens de cultura no primeiro quartel do século XX na América Latina, em torno da concepção daquilo que se compreendia como “identidade latino-americana”, veríamos: de um lado a “geração dos novecentos”<sup>7</sup> (mais velha) que pensava na contribuição das raízes europeias como elementos fundamentais de uma “identidade latina”, enquanto a “vanguarda intelectual”<sup>8</sup> (mais nova) ressaltava elementos típicos da mestiçagem e das culturas indígenas para se conceber um homem “puramente americano”<sup>9</sup>.

Neste embate não foi incomum a recorrência a aspectos sociais que compunham cada uma dessas alas, ressaltando as heranças aristocráticas da primeira e a juventude e origem “popular” da segunda como forma de se deslegitimar o grupo adversário dentro das disputas simbólicas produzidas no campo. Em contrapartida, tal fato demonstra que, no jogo de posições, não apenas o capital simbólico é mobilizado, mas também o capital social e econômico de cada grupo. Este é um elemento que vincula o campo a elementos mais amplos da sociedade e do poder.

Pensar os intelectuais enquanto um campo é algo que facilita sua análise dentro da sociedade ocidental ao longo do século XX. Em quase todas as nações, mais cedo ou mais tarde, os intelectuais conseguiram se organizar enquanto campos autônomos ao longo do último século. No entanto, os conceitos aqui apresentados não teriam eficácia diante de um cenário onde eles não estão assim organizados. Uma das saídas está no emprego de outro conceito da sociologia elaborado por Charles Tilly na segunda metade do século XX: o repertório.

### *Repertório e Movimentos Sociais em Charles Tilly*

Charles Tilly (1929 – 2008) foi um sociólogo norte-americano que, ao longo de toda a sua trajetória profissional, dedicou-se à compreensão dos movimentos sociais. Seguindo as premissas de sua área de conhecimento, buscou reconhecer a existência de padrões na forma de organização e no funcionamento dos mesmos. Sociólogo atento às influências do tempo na sociedade, Tilly percebeu que, ainda que lentamente, cada época possui um cardápio limitado de práticas aplicadas ao modo pelo qual se faz política. A isso, deu o nome de Repertório.

Segundo essa concepção, os movimentos sociais de um período recorrem seletivamente a formas limitadas e cristalizadas de mobilização. É por meio delas que legitimam sua ação e exercem a contestação do poder instituído. Exemplificando: passeatas, assembleias, marchas, greves, petições, comícios e ocupação momentânea de

edifícios são formas de manifestações que pertencem a um repertório típico da sociedade norte-americana do século XX e que podem, ou não, aparecerem em repertórios mais antigos ou de outras localidades (TILLY, 1978). De qualquer maneira, todos que participam de manifestações possuem consciência do funcionamento de tais estratégias, pois elas já estão tradicionalmente cristalizadas na cultura da comunidade política.

É importante que se diga que, entre a década de 1970 e o início do século XXI, o conceito passou por uma série de reformulações, afastando-se de concepções mais deterministas e, por conseguinte, valorizando as ações e a capacidade de improvisação dos agentes envolvidos (ALONSO, 2012). Assim, o que no início aparecia como um longo processo de sedimentação de práticas pragmaticamente mobilizadas, deu lugar a um dinâmico jogo de *performances* por meio das quais os agentes políticos conseguiam improvisar junto a seus repertórios. Isto fica evidente quando lemos a seguinte afirmação:

Podemos reconhecer alguns elementos recorrentes e historicamente incorporados aos confrontos políticos recorrendo a duas metáforas teatrais: performances e repertório. Quando se olha atentamente para uma reivindicação coletiva, podemos observar que os casos particulares improvisam em cima de scripts compartilhados. Apresentar uma petição, fazer um refém e promover um atentado constitui uma *performance* que une a pelo menos dois atores, aquele que reivindica e o objeto reivindicado. A inovação ocorre instantaneamente em uma escala reduzida, mas os protestos efetivos dependem de um envolvimento congruente com o seu ambiente, da relação entre as partes, e de atores preexistentes às formas de reivindicação. [...] A metáfora teatral chama atenção por seu caráter coletivo, ensinado, ainda que subsista o improvisado na interação entre as pessoas ao entrarem em contato com as demandas das outras (TILLY, 2006, pp. 456-458).<sup>10</sup>

As metáforas utilizadas pelo autor são preciosas, pois demonstram que, ainda que os repertórios sirvam para nortear e limitar as quantidades e qualidades de ações as quais os indivíduos podem recorrer em um determinado “evento”, a escolha de qual movimento será dado e como será executado fica a critério do próprio agente. Como na alegoria ao teatro, a cena delimita a ação do ator, mas não engessa o seu desempenho, a sua carga de dramaticidade e os possíveis ‘cacos’ inseridos à sua fala. Não se trata, portanto, de um roteiro fechado, mas de um *script* aberto ao improvisado, ainda que não de maneira infinita, como lembra o próprio autor, pois senão a proposta de repertório seria inválida. Porém, ainda que traga para a encenação novidades e estabeleça novos referenciais para a sua execução, a performance não altera o mote central da peça, uma vez que este está estabelecido por um contexto mais amplo.

Assim como a concepção de campo em Bourdieu, a proposição de Tilly inseriu-se em um quadro de revisão das concepções analíticas da dinâmica social, afastando-se de interpretações mecanicistas. No caso do norte-americano, sua crítica era voltada ao modelo *parsoniano* de sociologia, em voga até meados do século XX, como veremos na elaboração do conceito de cultura política. Por isso, assim como fez Bourdieu, dedicou maior atenção à capacidade inventiva dos atores sem que colocasse de lado a existência de um setor mais amplo da sociedade, neste caso, a cultura.

No entanto, a principal diferença em relação à teoria de Bourdieu está na generalização do repertório para amplos segmentos da sociedade e não apenas para um determinado campo. Isto se deu, pois Tilly estava interessado especificamente nos movimentos sociais e a relação direta com o poder constituído. Tratava-se de uma interpretação sobre como segmentos marginalizados de uma sociedade organizam suas forças contra o aparelho estatal em prol de sua melhoria ou a favor de sua deposição. Um último ponto de diferenciação entre ele e o sociólogo francês está na “maior fluidez” com que ocorrem as alterações dentro de um campo se comparadas ao que se verifica no caso dos repertórios. Diferente dos *habitus* de Bourdieu, as ações de um repertório se assemelham mais a um conjunto de coordenadas acumuladas em uma época por uma comunidade.

De qualquer maneira, ao que se dedica este artigo, podemos dizer que, a recorrência ao conceito de repertório e performance permite que olhemos para os conflitos de outro ponto de vista, identificando padrões compartilhados de ação entre atores que, aparentemente, estão dispostos de maneira desarticulada, mas que se movem contra um “inimigo comum” e orientados por um mesmo repertório. Desta feita, abre-se a possibilidade de classifica-los enquanto um movimento intelectual, com princípios semelhantes aos movimentos sociais estudados por Tilly.

Antes que avancemos nessa proposta, é preciso que se diga que a apropriação da concepção de repertório para o estudo dos intelectuais foi feita pela socióloga brasileira Angela Alonso em seus estudos sobre a geração de 1870 na crise do Império brasileiro<sup>11</sup>. Segundo a autora, esta interpretação é válida uma vez que textos e ideias políticas estão imersas em práticas sociais, o que torna indissociável uma ação intelectual de uma ação política (ALONSO, 2000, p. 41). Seguindo essa premissa, conclui que todo movimento intelectual é, em si, um movimento social de reivindicação política.

De outra maneira, a recorrência a essa estratégia, possibilitou que Alonso se esquivasse do perigo de se utilizar o conceito de campo num período da história onde os intelectuais não se organizavam de maneira autônoma no Brasil. Conforme explicou,

Analiso o movimento intelectual da geração 1870 do ponto de vista da experiência compartilhada por seus membros. Dada a inexistência de um campo intelectual autônomo no século XIX, a experiência da geração 1870 é diretamente política. Por isso adoto a dinâmica política como ângulo de análise. Ao invés de organizar textos e práticas conforme referências teóricas estrangeiras, inscrevo-os na conjuntura política local (ALONSO, 2000, p. 36).

Seguindo tais advertências, ao pesquisar a geração de 1870, a autora reconheceu nos personagens que faziam oposição ao Estado Imperial uma série de regularidades existentes: nas temáticas mobilizadas por suas obras, na incorporação de teorias estrangeiras para a análise da reforma da sociedade e na resignificação da própria tradição nacional. Da mesma forma, no plano das práticas políticas, percebeu a recorrência a estratégias de mobilização semelhantes, como: campanhas, passeatas, banquetes, comícios entre outros. Agiriam, assim, segundo um mesmo repertório.

Seguindo a concepção elaborada por Tilly, Alonso entende que

[...] repertórios funcionam como caixas de ferramentas (*tool kit*) às quais os agentes recorrem *seletivamente*, conforme suas necessidades de compreender certas situações e definir linhas de ação. [...] O movimento intelectual da geração 1870 buscou no repertório político-intelectual de fins dos oitocentos os recursos que lhe permitisse exprimir sua crítica ao regime imperial numa forma distinta da tradição liberal-romântica inventada pela elite imperial (ALONSO, 2000, p. 46).

Ainda que seus objetivos e os projetos nacionais possuíssem diferenças entre si, de maneira geral, esta geração foi composta por membros de um “segundo escalão” da aristocracia brasileira que se via alijado da política de favores e benefícios do Estado. Enquanto um movimento social reivindicava o estabelecimento de uma maior capilaridade por parte da burocracia estatal sem que isso representasse o rompimento do *status quo*. Desta tendência à conservação das instituições, derivaria o seu caráter reformista – outro elemento que partilhavam dentro do repertório.

A pesquisa de Ângela Alonso deixa evidente que, por meio da noção de repertórios elaborada por Charles Tilly, é possível decodificar: redes de sociabilidades intelectuais, origens sociais equivalentes e filiações ideológicas comuns em personagens aparentemente descontextualizados. Outra contribuição está no estudo da participação de intelectuais em manifestos e abaixo assinados, uma vez entendidos enquanto estratégias de ação comuns a determinados tipos de repertórios.

Contudo, no estudo dos intelectuais, podemos nos deparar com algo que se apresenta como o inverso ao quadro exposto acima. Existem grupos formados por intelectuais que se conhecem, se relacionam entre si e possuem reuniões regulares, mas que não o fazem com motivos políticos aparentes nem com objetivos claros de contestação ao poder instituído. Nem mesmo reconhecem nessas reuniões a formação de um grupo com interesses públicos ou reivindicatórios. Esses são aqueles que o sociólogo britânico Raymond Williams chamou de “grupos de cultura”. Vejamos do que se trata.

### *Os grupos de cultura de Raymond Williams*

Segundo Raymond Williams (1921-1988), os grupos de cultura se diferenciam dos demais por possuírem um número reduzido de componentes e, principalmente, por conta de sua união não estar balizada por um projeto ou objetivos políticos específicos. São grupos formados por integrantes que possuem grande relevância no campo da produção cultural e que se relacionam por conta de trajetórias biográficas similares ou laços de fraternidade. Como em uma “confraria” de amigos, reunir-se-iam com propósitos aparentemente particulares.

Para Williams, o estudo desses grupos possui características que o torna bastante complexo. Entre as suas dificuldades estão: o fato de não existir uma instituição por meio da qual o grupo trabalha; não possuírem um manifesto que deixem seus princípios e objetivos declarados; e o baixo número de integrantes, o que afastaria métodos quantitativos de análise no processo de sua investigação.

Antes que sigamos com a exposição deste tema, cabe aqui uma indagação: se os grupos de cultura são caracterizados dessa maneira, por que se faz pertinente o seu estudo? A resposta está na observação particularizada dos membros do grupo. Quando analisados em suas funções profissionais, os integrantes deixam transparecer a existência de “um corpo de prática comum ou um *ethos* distinguível” (WILLIAMS, 2011, p. 201). Em outras palavras, o pretense desinteresse, a neutralidade e o seu não reconhecimento enquanto um grupo movido por interesses políticos comuns, não resiste à análise de suas trajetórias particulares.

Neste sentido, artistas, economistas, literatos, jornalistas, acadêmicos em geral, entre outros, ao se reunirem em um desprezioso chá da tarde ou para um jantar de confraternização, comungam visões de mundo similares que acabam por se replicar em suas pinturas, teorias, artigos e livros. Por meio deles, pautam as referências simbólicas de uma sociedade com representações e signos que estabelecem padrões culturais

específicos e, até mesmo, modelos civilizacionais desejáveis. Por conta disso, Williams acredita que

[...] o grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem muito marginais, pequenos ou efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Contudo, sua importância como um fato social e cultural de caráter geral é grande, sobretudo nos últimos dois séculos: no que eles realizam e no que seus modos de realização podem nos contar sobre as sociedades mais amplas com as quais mantêm relações incertas (WILLIAMS, 2011, p. 202).

Para testar a sua hipótese, o autor recorreu ao já conhecido e estudado Círculo de Bloomsbury.<sup>12</sup> Entre os membros dessa “confraria” encontramos nomes como: John Maynard Keynes, Virgínia e Leonard Woolf, Clive Bell, Morgan Forster, entre outros. Ainda que este grupo tenha sido estudado enquanto uma estrutura coerente de intelectuais, ele nunca se proclamou desta maneira, principalmente no que tange à sua organização para a influência nas dinâmicas políticas da sociedade inglesa do primeiro quarto do século XX. Ao contrário, como relatou Leonard Woolf em sua autobiografia (1964), tratava-se essencial e fundamentalmente de um “grupo de amigos”.

No entanto, é justamente neste argumento utilizado para despistar qualquer coerência do grupo (a amizade), onde Williams encontra a hipótese fundamental de sua análise. O que o sociólogo britânico pretende saber é se

[...] algumas ideias ou atividades partilhadas foram elementos de sua amizade, contribuindo diretamente para a formação e distinção enquanto grupo e, indo além, se havia qualquer elemento na maneira como eles se tornaram amigos que apontam para fatores sociais e culturais mais amplos (WILLIAMS, 2011, p. 203).

Seguindo essa interpretação, Williams sugere que a própria afinidade política e/ou ideológica pode ter sido um elemento causador dos laços de amizade e não o inverso. Ao mesmo tempo, procura encontrar alguma atividade pregressa que permitiria reconhecer nesse grupo uma origem social comum, como padrões semelhantes de sociabilização. No caso do Círculo de Bloomsbury a resposta é positiva, uma vez que, conforme também aparece no livro de memórias de Leonard Woolf, as raízes dessa amizade encontravam-se na Universidade de Cambridge.

A proposta de Williams ganha ainda mais força quando o autor recorre a outros conceitos aplicáveis ao estudo de redes de intelectuais e compara alguns exemplos históricos ao seu objeto. Assim, retoma o conceito de “aristocracia intelectual” para

demonstrar como os laços de amizade produzem comportamentos que se assemelham aos das famílias intelectualmente distinguíveis do século XIX, principalmente no que diz respeito a “eminência pela associação”. Ou seja, vários membros que compõe a lista de integrantes do Círculo somente são lembrados por associação aos outros nomes do grupo.

Neste sentido, não seria o critério de produção intelectual, mas a amizade que funcionaria como forma de estabelecer relevância a autores que, sozinhos não teriam o mesmo reconhecimento, distinguindo-os pela sua “ascendência”: Bloomsbury. Tal conclusão faz com que o sociólogo galês defenda que “nenhuma análise que negligencie os elementos como a amizade e coleguismo pelos quais eles se reconheceram e vieram a definir-se pode ser adequada. Ao mesmo tempo, ficar restrito a esses termos significaria uma clara evasão da significância geral do grupo” (WILLIAMS, 2011, p. 206).

Esta última advertência é o que faz com que a proposta dos grupos culturais formulada por Williams seja historiograficamente relevante. Ainda que a amizade represente “valores compartilhados de afeição pessoal e fruição estética”, a importância do grupo somente é aprendida quando a sua análise é feita em relação a aspectos mais amplos da sociedade e de sua duração. Trata-se do que Williams chamou de formação sociológica do círculo. Neste sentido, Bloomsbury representaria uma fração de uma classe social em ascendência na Inglaterra desde a segunda metade do século XIX e que atingiria o seu auge no primeiro quartel do século XX representada, justamente, por indivíduos como aqueles que compunham o Círculo.

Assim, segundo entende Williams, a reforma das antigas universidades no século XIX, a criação de serviços administrativos para a manutenção do Império, bem como a elaboração de exames mais competitivos para o ingresso na burocracia colonial gerou um novo tipo de “profissionalismo”, ao mesmo tempo em que criou alicerces para a formação de um setor altamente erudito na classe dominante inglesa. Ao associar as características da sociedade inglesa daquele momento a outros aspectos, como o papel social da mulher, a análise do grupo de cultura se tornou mais precisa e, a ideologia que o sustenta, mais evidente. Vejamos como o autor pontuou essa questão:

O que temos que enfatizar quanto a formação sociológica de Bloomsbury é, primeiramente, a origem do grupo no setor profissional e altamente erudito da classe dominante inglesa, ele próprio como conexões amplas e continuadas com a classe como um todo; em segundo lugar, o elemento da contradição entre algumas pessoas altamente cultas e as ideias e instituições de sua classe em geral [...]; em terceiro lugar, a contradição específica entre a presença de mulheres altamente inteligentes e intelectuais dentro de suas famílias, e sua exclusão relativa dentro das instituições masculinas dominantes e

formativas; e, em quarto lugar, e de forma mais geral, as necessidades e tensões internas dessa classe como um todo, sobretudo de seu setor profissional e altamente erudito em um período, apesar de toda a sua estabilidade aparente, era de crise social, política, cultural e intelectual (WILLIAMS, 2011, p. 221).

Ainda que funcione como uma espécie de fração dentro de sua classe, o grupo acaba por se posicionar como uma espécie de porta-voz dos valores nutridos por seus pares. Em contrapartida, contribui para a renovação de alguns valores mais conservadores de sua classe ao ventilar novos temas à mesma. Este ponto é importante, pois demonstra que dentro da própria classe existem dissidências, o que torna o trabalho do intelectual mais árduo na busca por consensos. Por fim, por serem membros nativos da classe, têm acesso às próprias redes que ela possui, encurtando suas distâncias dentro dos canais que levam ao poder, facilitando, assim, a presença junto aos ambientes de decisão e dos principais debates estabelecidos.

Tal composição sociológica faz com que as intervenções aleatórias feitas pelos membros do grupo na literatura, política, economia, entre outros, tenham um impacto maior do que aqueles próprios da dinâmica de cada campo. Ao mesmo tempo, elas também serviram para expandir os valores e hábitos compartilhados pelo grupo a setores mais amplos da sociedade. Entre os valores e hábitos cultivados em Bloomsbury, está a necessidade de pluralização da civilização a um número maior de indivíduos. Por isso Williams defendeu que,

[...] o momento de Bloomsbury na história é significativo. Em sua prática – como na sensibilidade dos romances de Virgínia Woolf e de E. M. Forster – ele pode oferecer uma evidência muito mais convincente da substância do indivíduo civilizado do que a expressão ortodoxa que engloba tudo. Em sua teoria e prática, da economia keynesiana à sua atividade na Liga das Nações, o grupo realizou intervenções poderosas na direção da criação de condições econômicas, políticas e sociais dentro das quais, libertos da guerra, da depressão e do preconceito, os indivíduos poderiam estar livres para serem e tornarem-se civilizados (WILLIAMS, 2011, p. 225).

Não resta dúvida da contribuição de Raymond Williams para o desenvolvimento de procedimentos para a História Intelectual. A concepção da amizade como formadora de uma autoestima que permite ao grupo se ver como diferente dos “outros” ao mesmo tempo em que os “outros” passam a identifica-los como um grupo é uma senda fértil para o estudo dos intelectuais. Para além dos objetivos políticos explícitos em manifestos, revistas ou abaixo assinados, a amizade aponta para aspectos mais subjetivos que

permitem delimitar valores e hábitos que norteiam os movimentos desses intelectuais em suas trajetórias específicas.

O Círculo de Bloomsbury é apenas um exemplo de grupos de intelectuais que possuíam um local comum para desfrutarem de seus momentos de lazer. Antes de qualquer coisa, esses “lugares” devem ser compreendidos enquanto espaços de sociabilidade e não podem ser descartados na equação que se constrói por meio da História Intelectual, como demonstram os grupos culturais de Williams.

### *A cultura política*

A origem do conceito de Cultura Política está localizada nos estudos comparativos da sociologia norte-americana da década de 1960. Mais precisamente, foi o livro *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations* de Gabriel Almond (1911 – 2002) e Sidney Verba (1932), de 1963, quem promoveu a sua popularização e lançou as bases de seu funcionamento. De forte influência *parsoniana*, representou a tentativa de criação de uma metodologia que explicasse um conjunto de práticas, valores, crenças, normas e opiniões partilhadas por uma comunidade política. Conforme observa Alberto Aggio (2008, p. 45),

[...] com a elaboração do conceito de cultura política, os fenômenos políticos puderam ser trabalhados por meio de análises mais sistemáticas que tinham como objeto as infundáveis maneiras de como as pessoas se reportam à dimensão da política da vida social [...] agregando uma inestimável cota de valor às formulações mais elaboradas dos pensadores clássicos da política.

De maneira geral, o conceito trouxe novas temáticas para o estudo da política para além do exame de documentos oficiais ou programas e ações governamentais. Por intermédio de pesquisas do tipo *survey* e o cruzamento de dados colhidos em levantamentos quantitativos, acreditava-se possível explicar a reação das pessoas diante dos fatos políticos. Mais do que isso, de acordo com as coincidências obtidas nos questionários, buscava-se compreender as causas que norteavam tais escolhas, dividindo-as qualitativamente dentro de tipologias comportamentais. Conforme explica Eliana Dutra (2003, p. 15),

o resultado dessa escolha foi a elaboração de uma tipologia, de forte inspiração behaviorista, utilizada para traduzir os três tipos de orientação e tendência responsáveis pelo comportamento dos

indivíduos em direção ao mundo dos fatos e da política: a **cognitiva**, do campo do conhecimento e crenças relativos ao sistema político; a **afetiva**, relativa aos sentimentos alimentados em direção ao sistema político; a **valorativa**, que compreenderia as opiniões e juízos sobre os sistemas políticos.

Seguindo a análise das categorias definidas, Almond e Verba vislumbraram a elaboração de uma classificação das sociedades de acordo com o grau de envolvimento de seus atores com as dinâmicas da política. Neste sentido, extrapolaram o âmbito das pesquisas nacionais, dando a seu estudo resultados uma dimensão internacional. O resultado desta operação foi a construção de um quadro que dividia o mundo em Estados segmentados em três tipos de culturas políticas: as de tipo *paroquial*, referentes a sociedades de forte apelo tradicionalista; as de *sujeição*, específicas de povos sujeitos a estados autoritários; e as de *cultura cívica*, marcadas pela ampla participação democrática.

O grande problema dessa proposta era o caráter determinista e ideológico que a norteava. Para Almond e Verba, a *cultura cívica* não era apenas um dos tipos de culturas políticas existentes, mas *o tipo ideal* a ser atingido por todas as comunidades políticas do globo. E mais, era representada pela democracia estadunidense. Por conta disso, a validade deste construto teórico não resistiu às reelaborações pelas quais passou o conceito de cultura ao final da década de 1960, caindo em desuso já no decênio seguinte. Além das críticas à concepção etnocêntrica e evolução teleológica das sociedades, os métodos quantitativos também foram alvos de ataque, pois eram considerados uma ferramenta simplista na busca pela compreensão das complexas relações existentes entre política e cultura.

Assim, após um longo período no ostracismo, no início da década de 1990 ocorreu um movimento de aproximação da historiografia ao conceito de cultura política, reativando seu alcance. Apesar de todas as objeções que apontavam para as limitações desta formulação, reconheceu-se sua contribuição para a elaboração de explicações em torno do comportamento de atores políticos, em uma confrontação entre o cenário social e a cena particular. Porém, ainda que o seu “ideal” tenha sido retomado, ele não poderia ocorrer segundo as mesmas bases empíricas de anteriormente. Da mesma forma que a recorrência exclusiva às análises quantitativas deveria ser abandonada, a própria dimensão cultural do conceito foi revista, não havendo mais espaço para etnocentrismos. Este novo processo de negociação entre a historiografia e a cultura política foi assim observada por Ângela de Castro Gomes (2005, p. 30).

A categoria cultura política – passando a se desvincular da ‘escola da cultura política’ norte americana e também de uma teoria da escolha racional mais instrumentalista e economicista – foi sendo apropriada pela ‘nova’ história política e foi ganhando outra potencialidade, que é inseparável de uma orientação de história cultural.

Assim, a essa “nova” formulação seria incorporada o conceito de cultura advindo da antropologia, o que possibilitou uma releitura do lugar do político na sociedade, concebendo as relações de poder como inseridas indissociavelmente nas dinâmicas da sociedade. O resultado deste diálogo com a antropologia, bem como outros campos da sociologia política, permitiu a formatação de novos parâmetros para a cultura política junto à historiografia. A partir de então, seria concebido como

[...] ‘um sistema de representações, complexo e heterogêneo’, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo. Um conceito capaz de possibilitar a aproximação com uma certa visão de mundo, orientando as condutas dos atores sociais em um tempo mais longo, e redimensionando o acontecimento político para além da curta duração (GOMES, 2005, p. 31).

Um bom exemplo desta nova concepção de cultura política encontra-se no artigo de Serge Berstein, *A Cultura Política*, publicado no livro organizado por Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *Por uma História Política*, no final da década de 1990. Neste texto, Berstein apresenta uma definição de cultura política mais próxima e relacionada à cultura global de uma sociedade e aos processos de socialização dos indivíduos. Por conta disso, passava a ser encarada enquanto um fenômeno individual, mas que se dava em relação ao coletivo. Nas palavras do autor, a cultura política “é no conjunto um fenômeno individual, interiorizado pelo homem, e um fenômeno coletivo, partilhado por grupos numerosos” (BERSTEIN, 1998, pp. 359-360).

Nesse sentido, selecionando e expandindo a dimensão cultural presente no próprio conceito, foi possível compreendê-lo como forma de situar as redes de significados políticos de uma sociedade em torno dos padrões de comportamento que norteiam e delimitam o fazer-se de sua vida política. Esta interpretação é possível uma vez que “a cultura política, como a própria cultura, se inscreve no quadro de normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998, pp. 352-353).

Tomando essa concepção teórica como referência, torna-se possível inseri-la ao estudo dos intelectuais, uma vez que é legítimo que se estabeleça vinculações entre os

produtos elaborados pelos intelectuais e os referenciais simbólicos presentes em determinada cultura política, bem como delimitar as intenções dos autores na elaboração de suas ideias diante de um determinado debate político. Reside aí a contribuição da cultura política para a História Intelectual, uma vez que não se apresenta como “uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos” (BERSTEIN, 1998, p. 350). Por meio dela, encontra-se uma maneira de apreender o universo cultural que compõe as referências políticas dos autores.

Outra contribuição deste conceito para a História Intelectual reside na sua capacidade de desvendar as motivações que estão por trás das escolhas políticas. Segundo Berstein, a cultura política é capaz de responder a esta intrigante questão: “o que faz com que um grupo de pessoas se sinta mais próximo de uma força política do que outra? ” (BERSTEIN, 2009, p. 30). Para se chegar a esta resposta, é preciso que se investigue aquilo que Berstein chamou de vetores de integração. Explicando; para que uma ideia se estabeleça como um conjunto de representações politicamente organizado, atendendo às demandas de uma sociedade e arregimentando um grupo a sua volta, é preciso que ela circule por vetores de integração e seus mecanismos de socialização, quais sejam: a família, a escola, o exército, o ambiente de trabalho, os partidos políticos e a mídia (BERSTEIN, 1998, p. 356). No caso específico do estudo dos intelectuais, analisar tais vetores é uma forma de se indagar sobre os ambientes de sociabilização que um indivíduo frequentou, entrando em contato com novas ideias, se relacionando com outras personagens e com elas dialogando para formar suas próprias concepções políticas.

Evidente que esta não deve ser uma análise superficial. Como adverte Berstein (1998, p. 357):

É preciso evitar ver as coisas de maneira excessivamente simplista. Nenhum desses vetores da socialização política procede por doutrinação. Não obstante, a sua multiplicidade proíbe pensar que se exerce sobre um dado indivíduo uma influência exclusiva. A ação é variada, por vezes contraditória, e é a composição de influências diversas que acaba por dar ao homem uma cultura política, ao qual é mais uma resultante do que uma mensagem unívoca. Esta se adquire no seio do clima cultural em que mergulha cada indivíduo pela difusão de temas, de modelos, de normas, de modos de raciocínio que, com a repetição, acabam por ser interiorizados e que o tornam sensível à recepção de ideias ou à adoção de comportamentos convenientes.

Este trecho nos leva a uma consideração muito importante. Antes que se pense que a utilização da cultura política produz uma espécie de análise determinista dos fenômenos

políticos e seus agentes, Berstein esclarece que o exame deve se focar na composição das influências sobre um indivíduo. Em outras palavras, mapear os vetores de integração permite analisar como as influências vieram sobre um intelectual e como ele as mobilizou para estabelecer as suas próprias explicações da realidade. Não se trata, portanto, de determinar o peso das tradições e ideologias sobre um ator, mas entender quais escolhas ele fez tendo-as a sua disposição.

É importante que se perceba que, diferente dos outros conceitos anteriormente apresentados, a cultura política permite ao investigador que se realize uma ponte entre o texto e o contexto. Como reside para além do campo intelectual específico, a cultura política possibilita a articulação dos produtos elaborados no ambiente intelectual a outros elementos surgidos na cultura global em um mesmo momento. Desta feita, atua na segunda esfera que compõe esse intrincado vértice de análise ao qual se dedica a História Intelectual: o contexto histórico.

## Referências

- AGGIO, Alberto. Uma aproximação introdutória ao universo da cultura política. In: \_\_\_\_\_. *Uma Nova Cultura Política*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.
- \_\_\_\_\_; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana. *Dimensões*, v. 29, p. 22-49, 2012.
- ALMOND, G. VERBA, S. *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Brown and Co., 1963.
- ALONSO, Ângela. Crítica e Contestação: o movimento reformista da geração 1870. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 44, p. 35-55, out. 2000.
- \_\_\_\_\_. *Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- \_\_\_\_\_. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia e Antropologia*, v. 02/03, p. 21-41, 2012.
- BEIRED, José Luis Bendicho. Vertentes da História Intelectual. In: BARBOSA, Carlos Alberto Sampaio; GARCIA, Tania da Costa. *Cadernos de Seminários de Cultura e Política nas Américas*. Assis: FCL - Assis - Unesp Publicações, p. 86-98, 2009.
- BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P.; SIRINELLE, J. F. *Por uma História Cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- \_\_\_\_\_. Culturas Políticas e Historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria Fernanda Baptista; KNAUSS, Paulo; et al (Org.). *Cultura Política, Memória e Historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- BOBBIO, Noberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

- \_\_\_\_\_. O mercado linguístico. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983a.
- \_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CHARLE, Christophe. O nascimento dos intelectuais contemporâneos (1860-1898). In: *História da Educação*, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 141-156, set. 2003.
- DELPORTE, C. *Intelletuali e politica*. Firenze: Giunti, 1996.
- \_\_\_\_\_. *História do Estruturalismo: o campo do signo*. v. 1. Bauru: Edusc, 2007.
- DUTRA, Eliana R. de Freitas. História e Culturas Políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, p. 13-28, 2003.
- FUNES, Patricia. *Salvar la Nación: Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; SOIHET, Raquel. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.
- HALL, Stuart. Estudos culturais: dois paradigmas. In: \_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- SILVA, Helenice Rodrigues da. História intelectual em questão. In: LOPES, Marco Antônio (Org.). *Grandes Nomes da História Intelectual*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). *Por uma história Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.
- \_\_\_\_\_. *Regimes and Repertories*. Chicago: The University of Chicago Press, 2006 (versão E-book).
- WILLIAMS, Raymond. O círculo de Bloomsbury. In: \_\_\_\_\_. *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- WOOLF, Leonard. *Beginning Again - An autobiography of the years 1911-1918*. London, Hogarth Press, 1964.

## Notas

<sup>1</sup> O *affaire* Dreyfus diz respeito à condenação do oficial do exército francês Alfred Dreyfus, acusado de traição, em 1894. Diante das evidências de inocência do condenado, um grupo de pensadores da época, liderados por Émile Zola, organizou uma carta manifesto intitulada *J'accuse*. A mobilização surtiu efeito e a sentença foi revertida em favor do oficial.

<sup>2</sup> Reconhecemos o amplo debate em torno da caracterização e definição do conceito de intelectuais e, justamente por isso, utilizaremos uma definição mais genérica apresentada por Norberto Bobbio que estabelece como intelectuais: “os sujeitos a quem se atribui de fato ou de direito a tarefa específica de elaborar e transmitir conhecimentos, teorias, doutrinas, ideologias, concepções do mundo ou simples opiniões, que acabam por construir as ideias ou os sistemas de ideias de uma determinada sociedade” (BOBBIO, 1997, 110).

<sup>3</sup> Além da reconfiguração de paradigmas historiográficos, podemos relacionar outras questões ligadas ao ressurgimento da História Política: 1) a revalorização dos eventos e fatos históricos, como aparece mencionada no livro *Cultura no Plural* de Michel de Certeau (2003); 2) a retomada da narrativa, agora dentro de uma perspectiva problematizadora e não apenas descritiva conforme apresenta Eric Hobsbawm no livro *Sobre História* (1998).

<sup>4</sup> É importante destacar que esta retomada da política diz respeito principalmente à historiografia francesa, uma vez que a temática da política foi amplamente debatida pela historiografia inglesa desde a década de 1950 por autores como E. P. Thompson e Raymond Williams (Cf. HALL, 2003, p. 123-150).

<sup>5</sup> É preciso que se esclareça que, nessa relação de intersecção existente entre os vários campos, Bourdieu enxerga com nitidez uma hierarquização dos campos estabelecida pelo próprio capitalismo. Neste sentido, a economia, numa perspectiva mais ampla, cria intersecções que regem infundáveis relações dentro dos demais campos sem, no entanto, anular sua autonomia interna. Não é mera coincidência que o autor, de

---

filiação marxista heterodoxa, tenha recorrido a uma linguagem economicista para descrever as relações dentro de cada campo. Desta forma, encontra produtos, produtores, consumidores e concorrentes em todos os setores da vida em sociedade.

<sup>6</sup> Sem perder de vista a predominância que Bourdieu dá à economia, entendemos que esta “dimensão política” pode ser observada considerando que existe uma constante disputa pelo domínio do campo. Em outras palavras, seria político no sentido de que possui tensões em torno da construção de consensos e contradições entre os agentes.

<sup>7</sup> Apenas a título de exemplo, pinçaremos nomes como: o mexicano Amando Nervo, o nicaraguense Ruben Dario, os peruanos José de la Riva-Aguero e Chocano, o colombiano Vargas Vila, o guatemalteco Gómez Carillo e os argentinos José Ingenieros, Leopoldo Lugones e Manoel Ugarte.

<sup>8</sup> Também a título de exemplo, citaremos: os peruanos José Carlos Mariátegui e Victor Raúl Haya de la Torre, os argentinos Jorge Luis Borges e Ricardo Rojas, o brasileiro Mário de Andrade, o mexicano Alfonso Reyes entre outros.

<sup>9</sup> Um excelente livro que apresenta o surgimento de novas categorias de intelectuais na América Latina e os conflitos geracionais é *Salvar la Nación: intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*, de Patricia Funes (2006). Também indicamos um artigo de nossa coautoria intitulado *Os intelectuais e as representações da identidade latino-americana* (2012).

<sup>10</sup> “We can capture some of recurrent, historically embedded character of contentious politics by means of two related theatrical metaphors: performances and repertoires. Once look closely at collective claim-making, we can see that particular instances improvise on shared scripts. Presenting a petition, taking a hostage, or mounting a demonstration constitutes a *performance* linking at least two actors, a claimant and an object of claims. Innovation occurs incessantly on the small scale, but effective claims depend on a recognizable relation on their setting, to relations between the parties, and to previous users of the claim-making form. [...] The theatrical metaphor calls attention to the clustered, learned, yet improvisational character of people's interaction as they make and receive each other's claims”.

<sup>11</sup> Os resultados do trabalho aparecem em um livro publicado sob o título de *Idéias em movimento: a geração 70 na crise do Brasil Império* (2002). Entre os membros da geração de 1870 encontramos nomes como: Quintino Bocaiúva, Pereira Barreto, Alberto Sales, Alcides Lima, André Rebouças, Joaquim Nabuco, Silva Jardim, entre outros.

<sup>12</sup> O nome círculo de Bloomsbury foi dado em referência ao bairro homônimo de Londres onde se localizava a casa de Virgínia Woolf, lugar em que o grupo de amigos costumava a se reunir em encontros “informais”. Em tese, os momentos compartilhados na residência de Woolf eram destinados exclusivamente ao lazer e frivolidades. Não é o que pensa Raymond Williams.

Artigo recebido em: 14/12/2013. Aprovado em: 30/01/2014.